

PARECER JURÍDICO nº 023/2020 - RBF

Projeto de Resolução nº 01/2020

Autor(a): José Antonio Rodrigues

PROJETO DE RESOLUÇÃO - MATÉRIA *INTerna* *CORPORIS* - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS - COMPETÊNCIA - PROJETO CONSTITUCIONAL E LEGAL.

1. RELATÓRIO

De autoria exclusiva do Vereador José Antonio Rodrigues, o presente projeto de resolução pretende a alteração e inclusão de dispositivos que menciona, no que tange ao regime de urgência especial.

Foi encaminhada a mensagem e justificativa sobre o projeto de resolução.

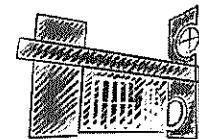
É o breve intróito.

Passo a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.



Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

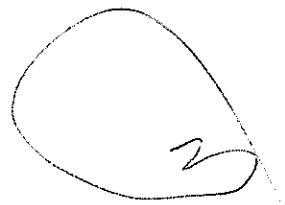
(grifo nosso)

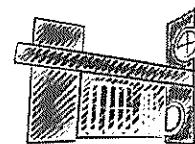
Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de

lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.





2.2. Da iniciativa legislativa e da legalidade

Por força da independência e autonomia gerencial de que goza o Poder Legislativo, compete-lhe, por iniciativa exclusiva de seus membros, regulamentar seu funcionamento e o desenvolvimento de suas atividades institucionais que se mostrem necessárias e adequadas aos interesses da população local.

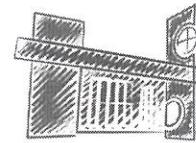
Com efeito, como disposto no artigo 217, § 2º do RICMC, o autor tem legitimidade para propor isolamente o presente projeto, além do que por se tratar de assunto de natureza *interna corporis*, a via é adequada.

Sobre o tema, leciona Hely Lopes Meirelles:

“Em sentido técnico-jurídico, *interna corporis* não é tudo que provém do seio da Câmara ou se contém em suas manifestações administrativas. *Interna corporis* são somente aquelas questões ou assuntos que entendem direta e imediatamente com a economia interna da corporação legislativa, com seus privilégios e com a formação ideológica da lei, que, por sua própria natureza, são reservados à sua própria natureza, são reservados à exclusiva apreciação e deliberação do plenário da Câmara. Tais são os atos de escolha de Mesa (eleições internas), os de verificação de poderes e incompatibilidades de seus membros (cassação de mandatos, concessões de licenças etc.) e os de utilização de suas prerrogativas institucionais (modo de funcionamento da Câmara, elaboração de regimento interno, constituição de comissões, organização de serviços auxiliares etc.) e a valoração das votações (In **Direito Municipal Positivo**, 14 ed., SP: Malheiros, 2006, p. 611).

Portanto, o meio adequado para normatizar o funcionamento da Câmara Municipal, além da Lei Orgânica, de forma geral, e do Regimento Interno, é através de Resoluções.





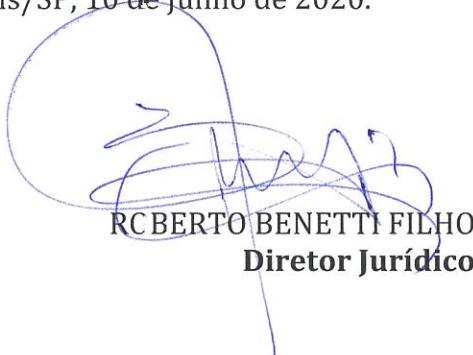
Destaca-se, por fim, que a questão pretendida pelo proponente é disciplinar a questão do regime de urgência especial na tramitação de processos, quando necessário, previsão essa (regime de urgência especial) não disposta na LOM – Lei Orgânica do Município.

Sendo assim, cabe ao Plenário, juntamente com os demais vereadores, exercer o juízo de valor e de conveniência e oportunidade para discutir e deliberar sobre o assunto.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, opinc pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de resolução nº 01/2020, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 10 de Junho de 2020.


ROBERTO BENETTI FILHO
Diretor Jurídico